



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PL 6726/16 - TETO REMUNERATÓRIO</b>			
<b>EVENTO: Reunião Ordinária</b>	<b>REUNIÃO Nº: 1292/17</b>	<b>DATA: 13/09/2017</b>	
<b>LOCAL: Plenário 5 das Comissões</b>	<b>INÍCIO: 15h04min</b>	<b>TÉRMINO: 15h37min</b>	<b>PÁGINAS: 15</b>

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

**Deliberação de itens constantes da pauta.**

**OBSERVAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, do Senado Federal, que regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal. Trata-se do PL 6.726/16

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da primeira reunião, realizada no dia 12 de setembro de 2017. Indago se há necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Eu peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Como não há nenhuma contestação, está dispensada a leitura.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Está provada a ata da sessão anterior. (Pausa.)

Antes de passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Rubens Bueno, que apresentará o plano de trabalho a ser discutido nesta reunião, eu quero dar uma informação aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas.

Ontem, depois da instalação da Comissão, o Presidente Rodrigo Maia marcou uma audiência com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia. A reunião contou com a minha presença e também com a do Relator da Comissão, o Deputado Rubens Bueno. Participamos à Ministra a instalação da Comissão. Evidentemente que, como vamos discutir os Três Poderes e mais alguns órgãos da administração pública, dos Estados inclusive, nós fizemos esta primeira visita à Chefe do Poder Judiciário.

O Presidente da República também já está informado sobre a instalação da Comissão. Evidentemente que a Casa também informou ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e ao Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Dada esta informação, eu passo a palavra ao Deputado Rubens Bueno para que ele apresente o plano de trabalho.

Há requerimento sobre a mesa para discussão e votação.



**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, convidados, em nosso plano de trabalho — já esboçado inicialmente e eu vou trazê-lo agora à discussão —, nós procuramos contemplar todos os pedidos que nos chegaram, seja por meio eletrônico ou por contato pessoal.

Eu vou fazer a leitura do requerimento apresentado ontem e também vou apresentar esses nomes. Com a presença e a autoridade do Deputado Nilson Leitão, realmente o nosso quórum está completo.

Propomos — e aí nós até discutimos com o Presidente da Comissão e com o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia — buscar um representante do Supremo Tribunal Federal e um representante da Procuradoria-Geral da República. Também foi proposto chamar as seguintes autoridades: Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministro das Relações Exteriores. Já recebi a notícia segundo a qual a assessoria do Ministério das Relações Exteriores informou que não há interesse em participar. Se não houver interesse, não vamos convidar, até porque não há necessidade de gastar tempo, até para a economia dos nossos trabalhos. Também buscaremos chamar o Corregedor Nacional de Justiça; o Presidente do Tribunal de Contas da União; o Presidente do Conselho Federal da OAB; o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI; o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; o Presidente da Associação dos Juízes Federais; o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; o Presidente da Associação Nacional de Procuradores da República; o Presidente da Associação Nacional de Membros do Ministério Público; o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; o Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado; o Presidente da Federação Nacional dos Médicos; o Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros; e o Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Além daquilo a que dei entrada ontem dentro do prazo, Sr. Presidente, estou pedindo para incluir os Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos Estaduais, o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, o representante do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, o representante do Colégio de



Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o Corregedor Nacional do Ministério Público.

Para representar os Executivos Estaduais, vamos chamar o Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento e para representar os Municípios, o Presidente da Associação Brasileira de Municípios. Convidaremos os representantes da Associação Nacional dos Defensores Públicos e da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal; representantes da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado - CONACATE, na pessoa do membro do Conselho de Gestão, Sr. Cássio Vieira Pereira dos Santos e a representante do Conselho Nacional de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza Uille Gomes.

Então, esta é a nossa proposta. Aqui também há proposta que já está duplicando. Nós teremos que discutir o próximo requerimento.

**O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Pedro Paulo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO** - Peço um esclarecimento ao Relator.

Eu também tinha preparado um requerimento para convidar outros representantes para participarem. Eu gostaria de perguntar à Mesa se é possível incluir nesse requerimento do Relator mais alguns representantes, que seriam o representante do Conselho do Tribunal de Justiça e o representante do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público do Estado e da União. Eu teria aqui o nome dos Desembargadores e das pessoas a serem convocadas.

Pergunto se faço essa solicitação à Mesa ou se sigo o procedimento normal, que é protocolar o requerimento para que ele entre na pauta da próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Pedro Paulo.

Tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Pedro Paulo, eu também queria informar ao nosso Relator que não há nenhum representante dos militares.



Seria importante colocar também representantes das Forças Armadas, das Polícias Militares e do Corpo dos Bombeiros, que são partes interessadas nesse contexto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, apenas para contribuir, eu acho que o nosso Relator quase que exauriu a nossa pretensão de oitivas, porque todos estão ali relacionados.

Faço apenas uma sugestão ao Relator. Do mesmo jeito que há um representante do Conselho Nacional de Justiça, sugiro ouvir o representante do Conselho Nacional do Ministério Público. Esse é apenas um acréscimo à sugestão já feita por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - O corregedor não substitui, tem que ser... Porque o corregedor propõe.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Do Conselho Nacional?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Do Conselho Nacional do Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Então, estou satisfeito. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Corregedor Nacional do Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não, é diferente do corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público.

Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a sugestão do nosso Relator, que citou a Federação Nacional dos Médicos. Os médicos não são carreira de Estado. Já que vai ser chamada a Federação dos Médicos, eu sugiro que seja chamado também um representante dos professores para poder participar deste debate.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Nesse caso, sua sugestão é a participação do representante dos professores de maneira geral, não dos professores universitários ou de nível médio, mas de todos, não é?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Marcos Rogério.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar V.Exa. pela Presidência deste colegiado, o que nos dá a segurança de que teremos um ambiente absolutamente respeitoso e seguro para o cumprimento da nossa tarefa. V.Exa. tem o nosso respeito, a nossa admiração e, sobretudo, o nosso reconhecimento por sua trajetória nesta Casa. Da mesma forma, saúdo o eminente Relator, o Deputado Rubens Bueno, que é extremamente dedicado, já inicialmente apresentando as suas características ao colegiado, garantindo-nos um ambiente de cordialidade, de troca e absolutamente democrático no enfrentamento desta matéria.

As sugestões que eu tinha a oferecer ao Relator já foram esgotadas na sua apresentação inicial. Eu tinha colocado nomes, mas ele colocou as instituições que designarão os nomes a serem indicados para estarem aqui. Eu apenas acrescentaria, se V.Exa. me permite, Deputado Rubens Bueno, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Dr. Paulo Dimas Mascaretti, se puder constar. Eu tenho também requerimento apresentado que poderá ser votado posteriormente, mas, se quiserem que já conste da relação, também é uma sugestão que faço para aproveitamento nas audiências públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, quero apenas parabenizar V.Exa. e o Deputado Rubens Bueno. Sinto-me totalmente representado tanto na Presidência como na relatoria. Creio que possam fazer um bom e ágil trabalho nesta Casa. Fiz um requerimento também para convidar a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF que já foi contemplado. Se ele estiver na mesa, pode retirar. Já foi contemplado pela eficiência do nosso Relator.

Parabenizo a Mesa pela condução do trabalho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Joaquim Passarinho.

Tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, eu também queria parabenizar V.Exa. e o Relator. Quero fazer coro às palavras do Deputado Joaquim Passarinho. Confiamos no trabalho do Deputado Rubens Bueno, que é uma pessoa muito séria e conceituada nesta Casa.

A sociedade espera muito desta Comissão. Temos muito trabalho, vamos discutir, mas nós temos que realmente produzir algo para a sociedade, algo que pelo menos não venha macular mais uma vez a imagem de uma Comissão Especial tão importante, a fim de que ela produza resultados que verdadeiramente possam ajudar.

Eu insisto no meu pleito, que é colocar representantes dos militares, tanto das Forças Armadas, quanto das polícias estaduais. Prefiro que fique em nível nacional, porque, se estadualizarmos, vai ficar difícil. Eu ouvi ainda há pouco meu colega de partido falar do Presidente de um Tribunal de São Paulo, se eu não me engano. Daqui a pouco, vai levantar um e vai dizer: *“Mas eu quero também do Tribunal da Bahia, do Espírito Santo”*.

Ou acerta-se que vai ser uma coisa em nível nacional ou então nós vamos ter muito tempo em audiência pública. E o que eu acho temeroso, nobre Relator, é o fato de as audiências públicas nesta Casa serem por demais carentes da presença de Parlamentares — V.Exa. sabe disso —, a não ser que esta Comissão consiga fazer isso de forma diferente. Com a imprensa dando notoriedade, eu não tenho dúvida de que o plenário vai estar sempre cheio. *(Riso.)* Infelizmente é assim que funciona.

Por isso, mais uma vez, parabenizo-o e peço que V.Exa., Deputado Rubens Bueno, aceite o meu pleito, que é justo, pois se trata de uma categoria que precisa discutir problemas inerentes à Comissão Especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Fraga. Quero cumprimentar V.Exa. também, que é o 1º Vice-Presidente desta Comissão. V.Exa. terá uma função importantíssima.



**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Espero nunca precisar assumir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Nós vamos trabalhar juntos, sem dúvida. (*Riso.*)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

**O SR. DEPUTADO RÔNEY NEMER** - Eu também vou no mesmo sentido que o Deputado Alberto Fraga.

Eu tive a oportunidade de chegar cedo, conversei bastante com o Relator, que já tinha me mostrado a lista. E o que eu vi é que a intenção era ser uma coisa em nível de País, do Brasil como um todo, e não era estadualizar, senão todo mundo ia querer chamar...

Eu sou servidor público, cheguei a esta Casa apoiado por cerca de 32 sindicatos de servidores públicos no Distrito Federal. Então, fica meio complicado. Mas eu entendo que o ideal seria tentarmos fazer do ponto de vista nacional, para que essas autoridades possam vir aqui contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Essa observação é importante. Eu penso, inclusive... Penso, não. Há isto de fato: nas entidades estaduais, já existem confederações e seções que compõem esses tribunais, esses órgãos. Então, nacionalizar sempre será uma coisa importante para facilitar o trabalho, não excluindo a audiência pormenorizada que o Relator, o Presidente ou os Deputados queiram fazer.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Eu só peço a palavra, Sr. Presidente, para responder ao Deputado Marcos Rogério e às intervenções. Está, no nosso requerimento, um representante do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça. Eu acho que atende a todos. S.Exa. tem razão. Daqui a pouco, um vai dizer: "*Por que não um Juiz da Comarca?*". Aqui há representante do Colégio de Presidentes. Eu acho que isso resolve e atende.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Eu acho que, neste momento, esse é um apelo para o consenso, e eu vou concordar com a lista de V.Exa. Eu só não vou fazer a retirada do meu requerimento que está protocolado porque eu penso que, para a frente, nós teremos que fatalmente encarar situações peculiares de um



representante ou de outro. Às vezes, quem está à frente de uma entidade nacional pode não ter a percepção de alguém que está lá na ponta e que quer ter o direito de fala aqui no colegiado. Mas eu acho que nós podemos deixar para deliberar isso um pouco mais para frente.

Neste momento, eu concordo com os meus colegas aqui em relação a manter aquilo que é fruto de consenso, e o apontamento de V.Exa., como Relator, está perfeito. Esse é um apelo que eu recebi, mas acho que nós podemos amadurecer essa compreensão para as próximas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Marcos Rogério. Perfeita a sua colocação. Isso não exclui a possibilidade de que, lá na frente, no futuro, sejam convocados determinados tribunais, Ministério Público ou qualquer entidade do Governo Federal, do Executivo ou do próprio Legislativo. Não exclui, mas neste momento nós vamos...

Tem a palavra o Deputado Daniel.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sr. Presidente, Relator, Deputado Rubens Bueno, eu queria sugerir a V.Exa., Deputado Rubens, que fossem feitas não só as audiências públicas, que são de extrema importância porque nelas há a possibilidade da participação das entidades, dos servidores e do acompanhamento da imprensa e de toda a população brasileira, mas também reuniões entre os Parlamentares, necessárias à construção desse relatório, no qual possamos avançar e dirimir dificuldades, pontos de conflito.

Acho que o interesse desta Comissão é conseguir o êxito em Plenário, a aprovação do relatório. Sabemos que esta matéria foi discutida já nesta legislatura. Houve um relatório. Ela chegou a ser pautada em Plenário e não foi votada exatamente porque não foi construído um consenso entre partidos.

Peço que V.Exa., na figura de Relator, junto com o Presidente, faça reuniões com a representação de todos os partidos.

Eu me resenti — cheguei a falar ao Presidente Benito Gama ontem — da discussão inclusive sobre a composição de Mesa de Relatoria com o próprio PSDB, que é um partido importante na base do Governo e parece ter estado ausente até agora das discussões. Falo isso com a confirmação do próprio Líder da nossa bancada, Deputado Tripoli. Conversei com o Deputado Carlos Sampaio antes da



reunião. Acho que, quanto mais ampla for a participação, mais fácil será nós construirmos o consenso e a partir daí conseguirmos aprovar em Plenário.

Eu sei que esse é o objetivo de V.Exa., o objetivo de todos os Parlamentares. Eu tenho certeza de que nós vamos conseguir construir aqui um relatório que traga justiça às carreiras de Estado, que dê dignidade aos servidores, mas que também acabe com aquilo que está indignando a população brasileira, que são os privilégios inaceitáveis no momento de crise da atual política brasileira. Tenho confiança de que tanto o Presidente Benito quanto o Deputado Rubens vão saber conduzir esta ação. Eu espero que tenhamos também oportunidade de se sentar à mesa para a construção coletiva do relatório de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Daniel Coelho.

Tem a palavra o Deputado Daniel Vilela.

**O SR. DEPUTADO DANIEL VILELA** - Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, cumprimento-o pela ascensão à Presidência desta Comissão. Cumprimento o nosso Relator. Confio nos trabalhos que serão conduzidos por V.Exas.

Sr. Presidente Benito Gama, foram feitas algumas sugestões de presenças nas nossas audiências públicas. Sugiro que o Relator possa receber verbalmente o que já foi colocado para construir o seu plano de trabalho dentro do que já foi antecipadamente anunciado: haverá seis audiências públicas. No momento da realização dessas audiências, com certeza, uma hora ou outra, um vai estar impossibilitado de vir aqui e, nesse caso, se faz o encaixe e atende alguém.

Não há necessidade de ficarmos aqui perdendo tempo deliberando e discutindo. Acho que o Relator tem toda condição de fazer com que tenhamos um dinamismo maior, atendendo todos que possam vir aqui. Aqueles que não puderem vir seriam substituídos por aqueles que estão sendo solicitados. Ganharíamos celeridade nos trabalhos da Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal.



**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pela eleição, dizer da minha confiança, do bom senso do Deputado Rubens Bueno. Tenho certeza de que estaremos muito bem representados para coletarmos a média das opiniões e construirmos soluções.

Nós sabemos que esta Comissão tem uma tarefa gigantesca. Nós estamos tratando de um Estado que tem como herança uma estrutura semianárquica, salários diferentes. Não houve diretrizes de planos de carreira nesses anos. Evidentemente, avançamos para um regime jurídico único na década de 80, mas ainda há discrepâncias entre os Poderes.

Essa é uma tarefa de grande porte em que nós teremos que ter enorme senso de justiça não só para garantirmos que não haja estrapolações, mas também para que não toquemos em qualquer direito dos servidores dos três Poderes. De fato, esse é um projeto de abrangência, e nós temos que ter a exata medida entre o fim das estrapolações, onde existirem, e, ao mesmo tempo, a garantia de direitos conquistados e direitos consolidados. Isso é algo que me parece extremamente delicado. Nós teremos que caminhar sobre um fio de navalha afiada. E o que está em discussão é o Estado brasileiro.

Eu queria, Sr. Relator, fazer uma sugestão quanto à metodologia. Eu vi que os dois primeiros requerimentos envolvem entidades e estruturas do Poder Judiciário e também do Poder Executivo, no caso a FONACATE, que representa as carreiras típicas de Estado. Talvez, para ouvirmos e conhecermos melhor a realidade, pudéssemos separar os três Poderes no debate: o Poder Judiciário, servidores e magistratura; o Poder Executivo, administração direta e indireta; e o Poder Legislativo, cujas entranhas pouco se discute, a não ser o que se vocifera acerca da nossa ação como legisladores, o que também significa verdades.

Eu gostaria de fazer essa proposta do ponto de vista da arquitetura desse planejamento, porque muitas vezes trata-se de realidades completamente antagônicas. Nós deveríamos, talvez, tratá-las de maneira separada e, depois, juntá-las, orientando, quem sabe, um vértice, que poderá propiciar no futuro um processo de equidade nas relações do Estado com essas carreiras e dessas carreiras com a prestação do tão nobre serviço público.

Muito obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputada Alice Portugal.

Deputado Nilson Leitão, peço a V.Exa. uma atenção especial. Está havendo votação nominal na Comissão de Reforma Política. Eu sou membro da Comissão de Reforma Política e fui chamado agora. Na ausência dos dois Vice-Presidentes, peço-lhe que assuma a Presidência enquanto vou votar, e retorno. V.Exa. conduz aqui, inclusive, use a palavra, se precisar. Obrigado. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, o Deputado Daniel Coelho falou sobre uma necessidade. Evidentemente, vamos tentar reunir o máximo do consenso até o final desse relatório, talvez chamando representantes de cada bancada que estão presentes na Comissão. Senão, fica mais um plenário como este. Quem sabe assim possamos avançar.

Quanto à questão colocada anteriormente e a algumas considerações que a Deputada Alice acabou de tecer, é evidente que vamos tentar fazer as audiências por blocos — bloco é muito comum aqui na Casa —, por blocos de cada Poder, distintamente, para no final saber como é que vamos buscar esse apanhado geral. Então, assim, vamos ouvindo.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - Sr. Presidente, por gentileza, peço a palavra por um segundo, para fazer ao Relator a solicitação de inclusão nas audiências públicas de algumas entidades. Eu queria mencioná-las rapidamente para não perder a oportunidade de uma audição o mais ampla possível numa matéria tão sensível. Posso mencionar as entidades?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilson Leitão) - Claro.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais — FENAFIM; Associação dos Juízes Federais do Brasil — AJUFE.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Ela já está aqui.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - Eu não a vi na relação.

Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Ela já está aqui.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - E o órgão de representação nacional do Ministério Público.



**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Só esse órgão de fiscais...

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - FENAFIM.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Esse, sim; esse não está aqui. O resto já está contemplado.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilson Leitão) - Se mais nenhum Deputado quiser usar da palavra, vamos dar sequência à nossa pauta. *(Pausa.)*

O colegiado acata a proposta apresentada — acho que há unanimidade.

Vamos, então, deliberar sobre os requerimentos.

Requerimento nº 1, de 2017, do Deputado Sérgio Vidigal, que requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 6.726, de 2016.

Concedo a palavra ao autor, por 5 minutos, para encaminhar a matéria.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, Deputado Nilson Leitão, Sr. Relator, Deputado Rubens Bueno, primeiro eu quero parabenizar a nossa Presidência e a nossa Relatoria por esse importante papel neste momento, porque nós estamos discutindo um projeto que está em consonância com a Constituição e que tem um grande apelo popular.

Nesse requerimento, eu não estou sugerindo nenhuma das entidades citadas por V.Exa., Deputado Rubens Bueno, mas alguns expositores que têm debatido sobre o tema durante esse período e que não representam o setor público, evidentemente.

Eu sei muito bem que, no momento que o País está vivendo, nós precisamos ter um senso de justiça na distribuição dos recursos públicos, principalmente na remuneração.

Não vai aqui nenhum questionamento para denegrir nenhuma categoria, mas não podemos continuar convivendo com cada Estado e cada Município fazendo a própria legislação e criando vários penduricalhos, o que amplia muito o teto remuneratório.

Eu sou servidor, médico do setor público, e não estou no teto, porque médico e professor não estão no teto. Muito pelo contrário, há até uma discrepância.



Enquanto o piso salarial do professor não chega a 3 mil reais por mês, só o que algumas categorias têm de verbas indenizatórias é muito maior do que esse valor.

Por essa razão, eu gostaria de pedir aos pares que aprovem o requerimento, para que possamos fazer um debate consciente e conciso, e desejo que mantenhamos a serenidade e o equilíbrio, para que possamos realmente desta Comissão tirar um relatório que atenda evidentemente as categorias, mas que atenda principalmente a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilson Leitão) - Algum colega quer contraditar?

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, quero apenas fazer um comentário.

Deputado Vidigal, o item 3 já está contemplado na proposta inicial.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Há aqui o Augusto Akira, que é o Secretário de Gestão de Pessoas. Se quiserem, não há problema, porque o Ministro já está aqui na proposta inicial. Mas, se quiserem acrescentar, não há problema.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Eu gostaria de acrescentá-lo porque ele tem participado ativamente do debate. Ele é um técnico, ele poderia colaborar muito conosco na formação de juízo nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Só para dar uma opinião aqui, Sr. Presidente, deixe convocar, deixe convidar — pronto, está aprovado. Se o Ministro vier e der as informações que forem necessárias, ótimo. Se houver necessidade de complementação, o Akira pode vir e complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado.

Eu quero passar a palavra para o Relator esclarecer o que foi acolhido, o que foi acatado. Isso não exclui, depois, novas votações.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Esta proposta não se encerra aqui, é evidente. Isso será discutido no decorrer das reuniões que teremos ao longo do período.

Agora, o que foi dito todos nós acatamos, como o caso do Deputado Tadeu Alencar, que citou vários, alguns já contemplados. Mas havia um que não estava



contemplado, que é o dos fiscais municipais. Como é uma entidade nacional, vamos contemplar.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** - E os professores, representantes da Federação Nacional.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Todos os que falaram serão contemplados — a Federação Nacional dos Professores será contemplada. E aquilo que coincidir, evidentemente... Esse é o caso inclusive do Deputado Pedro Paulo, que apresentou todos, e coincide também com a questão do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores. Não há nenhum problema.

Todos serão contemplados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Benito Gama) - Algum Sr. Parlamentar gostaria de usar da palavra? *(Pausa.)*

Não.

Então, em votação o requerimento com a proposta do...*(Pausa.)*

Desculpem-me, mas é porque, na minha ausência...

Vamos fazer a votação do requerimento do Deputado Sérgio Vidigal, depois, do requerimento do Deputado Rubens Bueno, Relator.

Então, em votação o requerimento do Deputado Sérgio Vidigal.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento e a proposta do Relator Rubens Bueno.

Como já foi discutido, isso não exclui futuramente nenhuma audiência, nenhum convite, nenhuma convocação.

Coloco em votação o requerimento do Relator com a proposta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar esta reunião, eu quero dar uma informação. Em função do grande volume de convites que esta Comissão vai fazer — e o Relator vai coordenar isso com a Mesa da Comissão —, eu não vou marcar exatamente o dia exato e a hora da próxima reunião. Faremos talvez até amanhã ou sexta-feira esta



convocação, mas eu pediria que os senhores compreendessem que, em função da disponibilidade das pessoas que foram convidadas a permanecer, nós vamos fazer a marcação.

Se todos os senhores concordarem, eu vou tomar essa decisão.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado, Sr. Relator.